

A COMUNIDADE QUILOMBOLA BREJO DOS CRIoulos - NORTE DE MINAS GERAIS – BRASIL: considerações sobre o território e saberes

Dardielle Cardoso de Oliveira¹
Thyane Paula Morais²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo estudar a história da comunidade de Brejo dos Crioulos até seu reconhecimento como território quilombola. Para tanto, adotamos uma metodologia baseada em pesquisa bibliográfica sobre o tema, trabalhos de campo com a realização de entrevistas semiestruturadas, registros iconográficos e cartográficos. Localizada entre os municípios de São João da Ponte, Verdelândia e Varzelândia no Norte de Minas Gerais, essa comunidade negra e camponesa adquiriu inúmeros saberes por meio do desenvolvimento e uso de seu território. Passou a vivenciar um processo de expropriação com a chegada e fixação de fazendeiros de gado. Atualmente, Brejo dos Crioulos é considerada uma “comunidade remanescente de quilombos” e possui o direito ao território. Promover a visibilidade de seus ambientes e saberes proporciona a confirmação dos direitos da população quilombola.

Palavras-chave: Comunidade, Quilombola, Território.

Introdução

As políticas públicas direcionadas para os Povos e Comunidades Tradicionais são recentes no campo de atuação do Estado brasileiro. Essas tiveram como marco a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi legitimada em 27 de junho de 1989 em Genebra e que aborda os direitos das populações indígenas, quilombolas e tribais em âmbito mundial. No Brasil, esses grupos-alvo foram incorporados na pauta do governo federal em 2007, através do Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que estabeleceu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), com o gerenciamento da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência da República. Em seu artigo 3º, tal decreto estabelece que os povos e comunidades tradicionais que possuem uma cultura distinta com sua organização social particular e que utilizam o território e seus meios naturais para a representação cultural e social passando de geração em geração.

¹ Graduanda em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES - dardielleco@gmail.com

² Graduanda em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – thyanemorais@yahoo.com.br

Apesar de se “encaixarem” em tal definição, o povo negro camponês do Norte de Minas foi historicamente expropriado e desterritorializado, por diversos processos que transformou a sua forma de uso e gestão das terras e dos recursos naturais. Merece destaque o processo de privatização das terras gerais que são “terras sem dono”, terras devolutas, de uso da comunidade, deixam de ser um bem comum para se tornar mercadoria. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é estudar a história da comunidade de Brejo dos Crioulos até seu reconhecimento como território quilombola.

Material e Métodos

Para tanto, adotamos uma metodologia baseada em pesquisa bibliográfica sobre o tema, trabalhos de campo com a realização de entrevistas semiestruturadas, registros iconográficos e cartográficos.

Resultados e Discussões

A comunidade remanescente quilombola Brejo dos Crioulos está situado às margens do rio Arapuim, tributário da margem esquerda do rio Verde Grande e faz limite com os municípios de São João da Ponte, Verdelândia e Varzelândia, Minas Gerais. Possui uma área de 17.302 hectares onde vivem aproximadamente 503 famílias, 3.140 habitantes (IBGE, 2010). O Vale do rio Verde Grande possui um conjunto de agrupamentos negros “aquilombados” nas margens de lagoas e rios, ressalta (COSTA,1999). Esses povos ali se instalaram por meio de formas de reprodução social alternativas ao sistema escravocrata. Esse espaço, apropriado para a reprodução da existência material, simbólica e afetiva desses grupos configurava seu território.

Conforme foi relatado pelos moradores mais idosos, desde meados do século XVIII, negros fugidos da escravidão passaram a se fixar às margens da Lagoa Peroba, existente na vazante do médio ribeirão Araquém. A ocupação dessa área foi possibilitada pela existência de brejos na vazante do referido ribeirão, propícia à proliferação da malária, o que a tornava imprópria para brancos e indígenas. Com o passar do tempo, muitos outros negros fugidos se dirigiram para a área, aumentando a população que, no final do Século XIX, era de 38 troncos familiares.

Nesse contexto, as famílias desenvolveram um sistema peculiar de organização social, cultural e produtiva, baseado em heranças africanas, indígenas e portuguesas. A partir de 1940, quando foi instalada a estrada de ferro no vale do rio São Francisco, e o mosquito transmissor de maleita foi exterminado das matas da região, o território passou a ser penetrado por fazendeiros. Esses, com uso de força bruta, expulsaram famílias inteiras de suas terras, essas ocupadas por seus antepassados por séculos. Desde então, conflitos fundiários surgiram na região.

Nos anos 1960, com a expansão do processo de modernização agrícola no Norte de Minas, uma nova leva de fazendeiros veio ocupar a região, forçando a venda das terras através da ocupação direta das por jagunços armados, grileiros, entre outros. Quando expulsas de suas terras ancestrais, algumas famílias mudaram para outras localidades. Outras se fixaram na chamada Terra de Santo, uma gleba doada a Bom Jesus por um dos moradores como pagamento de promessa. Tal ocupação deu origem ao povoado de Araruba, onde hoje residem os “deserdados da terra”.

Atendendo as reivindicações dos quilombolas, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA abriu, em dezembro de 2003, o processo de regularização do território do Brejo dos Crioulos. Em maio de 2007, segundo informações da superintendência do INCRA de Minas Gerais, o relatório já havia sido concluído, mas ainda não publicado no Diário Oficial da União. A morosidade do órgão governamental e a tensão vivida na região levaram os quilombolas a ocupar, no dia 20 de maio de 2007, a fazenda Vista Alegre, localizada no perímetro do território tradicional do Brejo dos Crioulos. A ocupação resultou na reação violenta de um dos empregados da fazenda, que disparou tiros e feriu dois quilombolas.

A certificação da Fundação Cultural Palmares ocorreu em 2004, mas não garantiu a melhoria da qualidade de vida desses sujeitos. Atualmente, a economia da comunidade Brejo dos Crioulos gira em torno da agricultura, mas, a redução do território, levou a uma escassez de terra para plantio do milho e do feijão, o que tem comprometido o sustento das famílias. Em decorrência dessa situação, muitos migram para o corte de cana e a colheita do café em São Paulo. Além do milho e do feijão, os moradores criam porcos e galinhas para o sustento familiar.

As terras da comunidade remanescente quilombola são passadas de geração em geração como um patrimônio, uma “dativa de Deus”, cujas atividades das famílias ali residentes privilegiam a essência simbólica, devotada e também material, possuindo intensa ligação com a sua cultura, religião e valores onde as manifestações e representações humanas se desenvolvem, no qual o sagrado e o profano andam juntos. Vale ressaltar que a população é predominantemente católica (com a devoção dos santos do catolicismo, por exemplo, Santo Benedito, Santos Reis, Santa Luzia, São Bartolomeu, dentre outros), há também a presença do protestantismo, no entanto, possui um significativo número de pessoas que cultuam as religiões de matrizes africanas. Neste contexto, as raízes de parentesco ou os “truncos familiares” são uma espécie de identidade local das pessoas que integram a comunidade remanescente quilombola Brejo dos Crioulos.

Considerações Finais

Pelo exposto, concluímos que nas comunidades remanescentes quilombolas, especialmente no Brejo dos Crioulos, que no passado funcionavam como refúgios construídos pela resistência negra contra as condições de vida impostas pelo sistema escravagista, atualmente constituam o seu legado. A luta atual se dá também pela via da proteção de sua cultura e patrimônio material e imaterial, pelo direito da propriedade para a sua existência. Isso mostra como a expropriação (desterritorialização) compromete sua identidade camponesa. Por isso, produzir visibilidade desses saberes, buscar a memória, os sentidos de um tempo em que se vivia na lógica do bem comum, onde era possível compreender o compasso da natureza para garantir a presença da moradia e do alimento é a reafirmação desse território, o território dos saberes do Brejo dos Crioulos.

Referências Bibliográficas

BRASIL, 1988. **Constituição Federal**. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/acessoainformacao/legislacao/segurancaalimentar>, P20, P20Os, P20Quilombolas, P20na, P20Constituicao, P20Federal, P20de, P201988.pdf.
pagespeed.ce.HyAQRTEBv8.pdfm Acesso em :28/05/2017.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986.

COSTA, João Batista de A. **Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG)**. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/> acesso em:28/06/2017.

PEPETELA. **A gloriosa família:** o tempo dos flamengos. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.
1999.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL – PRCC. **Lei Nº 6.040 de 07 de Fevereiro de 2007.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 25/05/2017.